



Debate sobre voto aberto domina pauta no Plenário

Ainda faltam duas sessões de discussão da PEC que extingue o voto secreto no Legislativo. Pauta está trancada por três MPs

Ainda não há acordo sobre a extensão do voto aberto no Congresso Nacional e, com mais duas sessões de discussão, a PEC 42/2013 poderá ser votada em primeiro turno.

A MP 619/2013, que tranca a pauta, será a última apreciada com assuntos “contrabandeados”, segundo os presidentes da Câmara e do Senado. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros preside sessão deliberativa ordinária do Senado: pauta de votações está trancada por medidas provisórias e discussão sobre voto aberto continua

Adem Bourscheit/WWF-Brasil



Cachoeira na Chapada dos Veadeiros, em Goiás: Cerrado pode ser colocado entre os biomas protegidos pela Carta de 1988

A proteção ao meio ambiente e a Constituição

Dono da maior biodiversidade e da maior reserva de água doce do mundo, o Brasil tem na Constituição uma ferramenta para proteger toda essa riqueza. A

Carta de 1988 trouxe um capítulo específico sobre o meio ambiente. Seção especial do **Jornal do Senado** faz um balanço dos avanços na legislação do setor. **4**

Economia do Senado chega a R\$ 159 milhões em 7 meses 3

Simon vê sinais de boicote a legenda de Marina Silva 2

Cristovam diz que troca de partido desmoraliza a política 2

Rollemberg quer auditoria nos transportes do DF 3

Viana cria conselho para subsidiar mandato 2



Portal e-Cidadania

É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/ecidadania

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Senadores debatem quadro de mudanças nos partidos

Pedro Franco/Agência Senado



Simon beija Marina, que visitou o Senado em abril e busca registro para a Rede

Simon apoia criação da Rede, partido de Marina Silva

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou inconformismo diante da possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negar registro para a Rede Sustentabilidade, partido liderado pela ex-senadora Marina Silva, cujo processo será julgado nesta semana. Em discurso na sexta-feira, ele disse que o país tem mais de 30 partidos, a maioria sem base ideológica.

Simon vê sinais de boicote na validação das assinaturas de apoio à criação da Rede, revelando que chegaram a ser recusadas as assinaturas de um deputado, a esposa e uma filha. Simon disse que não pretende deixar o PMDB e que não tem interesse pessoal no projeto da ex-senadora.

— De repente, nesta época, nós temos uma ré condenada, a ex-senadora Marina. Eu até me sentiria honrado de ser condenado com ela a ser absolvido com os outros.

A “absolvição” refere-se ao fato de outros partidos terem conseguido os registros, entre os quais a legenda do deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Solidariedade, e outro que, segundo Simon, tem entre os organizadores empresários do ramo frigorífico de Mato Grosso.

O senador chegou a lembrar que a documentação de alguns desses partidos apresentava irregularidades, mas o TSE considerou que foram problemas pontuais.

Cristovam critica “comércio de mandatos”

Em discurso na sexta-feira, Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o que chamou de comércio de mandatos: as trocas de partido político por deputados federais às vésperas do fim do prazo permitido pela legislação eleitoral, com o intuito de “engordar bancadas e negociar alianças com base no tempo de TV de cada legenda”.

— O que está acontecendo esses dias é muito, mas muito pior do que o chamado mensalão. É muito pior. Nós estamos vendo milhões de reais do dinheiro público, por meio do Fundo Partidário, indo para prestigiar A, B ou C. E nós estamos assistindo a isso como se fosse dentro de toda a legalidade — opinou.

Segundo o senador, a prática de utilizar a janela antes das eleições para trocar de partido sem um motivo, atingindo a fidelidade partidária, desmoraliza a política. Para Cristovam, os políticos estão sem bússola para definir aonde levar o país e sem conseguir responder aos anseios da sociedade, que foi às ruas clamar por mudanças.



Cristovam critica o alto número de partidos sem representatividade

A criação de novos partidos a tempo de disputarem as eleições do próximo ano e as mudanças de siglas por deputados federais às vésperas do prazo permitido pela lei foram temas de pronunciamentos na sexta-feira.

Viana cria conselho para discutir nos municípios

Jorge Viana (PT-AC) programou a instalação no sábado, em Xapuri (AC), do primeiro conselho do mandato parlamentar dele. Pelo menos duas vezes por ano, ele se reunirá com lideranças municipais para discutir a realidade local e ouvir críticas e sugestões que possam subsidiar o trabalho no Senado.

A ideia, segundo Viana, é criar os conselhos em cada um dos 22 municípios do estado para manter um diálogo mais próximo com os cidadãos. A escolha de Xapuri, explicou o parlamentar, carrega grande simbolismo por se tratar do local de nascimento do ativista ambiental Chico Mendes.

— Vou poder qualificar mais minha intervenção, os projetos, as propostas, porque vou estar numa sintonia maior com a sociedade — afirmou.

Um dos temas que o senador levará para discussão é o desenvolvimento sustentável do Acre à luz do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.



Viana quer sintonia maior com a sociedade no estado do Acre

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Gilmar Mendes

17h30 Renan Calheiros recebe o ministro do STF Gilmar Mendes, acompanhado do professor Walter Costa Porto e da diretora-geral do Instituto Brasileiro de Direito Público, Dalide Corrêa.

CÓDIGO COMERCIAL Destaques

10h Reunião da comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código Comercial para apreciação de destaques.

CI Aeroportos regionais

18h Audiência pública sobre investimentos e logística de aeroportos regionais.

TERÇA

ASSUNTOS MUNICIPAIS Rebanhos

7h30 Reunião da Subcomissão de Assuntos Municipais discute pauta de trabalhos e projeto que isenta de ISS a inseminação artificial de rebanhos.

CMA Aposentadoria de pescador

8h30 Votação de regras para aposentadoria especial de pescador. Após a reunião, instalação da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

CCT Amazônia Legal

9h Proposta que estabelece obrigações de universalização de serviços de telecomunicações para a Amazônia Legal está na pauta, além de projetos que autorizam serviços de radiodifusão.

CAE Isenção para aviso prévio

10h Na pauta, proposta que isenta da contribuição previdenciária o valor recebido a título de aviso prévio indenizado.

CDH 25 anos da Constituição

10h Audiência pública debate os 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã, as conquistas para os povos indígenas e as tentativas de retrocesso.

CE Mensalidade em faculdade

11h A comissão examina projeto que reduz da mensalidade valor de disciplina não cursada em faculdades.

MP DO MAIS MÉDICOS Texto final

11h30 Discussão e votação do texto final da Medida Provisória do Mais Médicos.

CONGRESSO PEC da Música

12h Sessão solene do Congresso destinada à promulgação da PEC da Música, no Plenário do Senado.

EDUCAÇÃO Comissão de financiamento

15h Instalação da comissão temporária que vai propor soluções para o financiamento da educação.

OUTUBRO ROSA Lançamento

18h40 Lançamento do Movimento Outubro Rosa, com ato de iluminação do Congresso, na rampa de acesso do Palácio do Congresso.

QUARTA

CI Telecomunicações

7h30 Telecomunicações é o tema de audiência pública dentro do ciclo de debates sobre investimento e gestão. Foi convidado para a audiência o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

CE Gama Filho

9h Audiência pública discute os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, do Rio de Janeiro.

CCJ Orçamento impositivo

10h A proposta do orçamento impositivo é o primeiro item da pauta da comissão, que examina também o voto facultativo.

PROCURADORIA DA MULHER Senado

11h Inauguração da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

SEGURANÇA Comissão temporária

15h Instalação da comissão temporária com a finalidade de analisar os projetos que tratam de segurança pública.

CMO LDO 2014

15h A Comissão Mista de Orçamento deve votar o relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

QUINTA

SALÃO NOBRE Lançamento

11h Lançamento da publicação *A Constituição de 1988, 25 Anos — a construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da constituinte*. O evento acontecerá no Salão Nobre.

MARCO REGULATÓRIO Seminário

15h A Consultoria Legislativa promove o seminário interativo Novo Marco Regulatório da Mineração.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
 Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Com pauta trancada, Plenário debate voto aberto

Proposta de emenda à Constituição sobre o fim do sigilo do voto no Legislativo ainda precisa de duas sessões de discussão para que possa ser votada em primeiro turno. Pauta, no entanto, segue trancada

O DEBATE SOBRE o fim do voto secreto nas deliberações do Legislativo (PEC 43/2013) deve dominar o Plenário do Senado nesta semana. Já transcorreram três sessões de discussão. A pauta, no entanto, segue trancada por três medidas provisórias (MPs): a MP 619/2013, que facilitou a construção, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de silos para armazenagem de grãos; a MP 618/2013, que capitalizou o BNDES e a Valec Engenharia, com R\$ 15 bilhões para cada um; e a MP 624/2013, que liberou R\$ 1,6 bilhão para

os municípios investirem em transporte público.

A MP 619/2013 estabelece ações para ampliar e melhorar a capacidade de armazenagem de grãos no país. O texto permite à Conab usar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para contratar a construção de silos e armazéns públicos para a safra 2013-2014.

De acordo com a MP, que vence na sexta-feira, a Conab pode contratar, sem licitação, banco federal para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia

relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns. O RDC diminui prazos de procedimentos e recursos na licitação e institui a contratação integrada, pela qual uma só empresa faz o projeto e o executa até a entrega.

O governo justifica a urgência da MP com o argumento de que é preciso evitar a perda de competitividade no campo, que pode afetar as exportações. A medida também pode estimular a agricultura familiar e atender os produtores rurais de baixa renda vítimas da seca.

Assuntos de MP vão de penhor rural a licença-maternidade

A MP 619/2013 também trata de prazos do penhor rural e de contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

O texto institui ainda o Programa Cisternas, para incentivar a construção de cisternas e garantir o acesso da população à água, e destina ajuda econômica para produtores de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro, além de garantir às adotantes remuneração pelo período de licença-maternidade de 120 dias, entre outros assuntos.

Capitalização da Valec tem prazo até quinta-feira

Outra MP que tranca a pauta do Senado é a 618/2013, que capitaliza o BNDES e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A matéria, que precisa ser votada até quinta-feira, permite à União injetar R\$ 15 bilhões na Valec, empresa pública responsável pela construção e exploração de ferrovias, e outros R\$ 15 bilhões no BNDES. O relator na comissão mista, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incluiu no texto da MP regras para a renegociação de dívidas rurais.

Senadores divergem quanto ao fim do voto secreto

O debate sobre o voto aberto amplo no Legislativo volta ao Plenário do Senado nesta semana. Na última quinta-feira, Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o voto aberto como um compromisso com o eleitor. Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Rita (PT-ES) apoiaram o voto aberto em defesa da transparência, da coragem e da ética. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por sua vez, assinalou que é necessário salvaguardar a independência entre os Poderes.

Senado inova gestão e economiza R\$ 159 milhões em sete meses

De fevereiro a agosto, o Senado promoveu uma série de medidas administrativas para alcançar maior austeridade e eficiência, possibilitando uma redução de gastos de mais de R\$ 159 milhões.

O valor foi divulgado semana passada em relatório produzido pela Diretoria-Geral, o qual agrupou as iniciativas em quatro grupos: de pessoal (com diminuição de funções comissionadas), de custeio (maior eficiência gerencial), de investimentos (redução de

aquisições que não impactam diretamente na produtividade) e de receitas correntes.

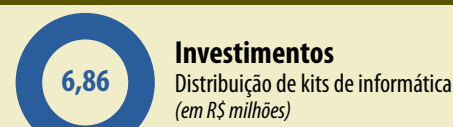
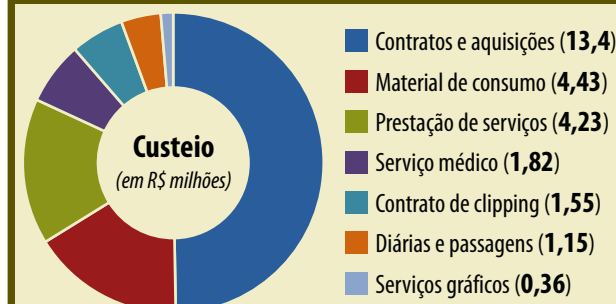
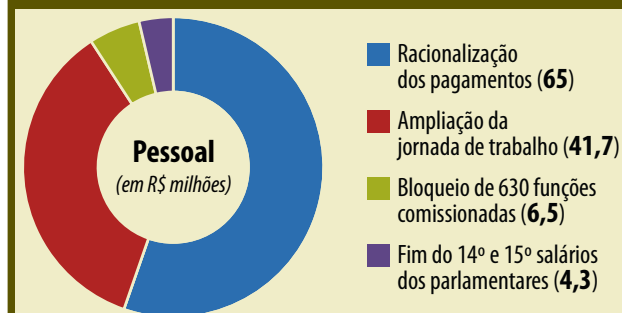
A maior parte da economia foi obtida na redução dos gastos com pessoal: R\$ 117,6 milhões. Inclui-se aí a extinção do 14º e do 15º salários dos parlamentares, que gerou uma economia de R\$ 4,3 milhões. Nos gastos de custeio, a economia alcançada foi de mais de R\$ 26 milhões. No investimento, o Senado poupou este ano R\$ 6,8 milhões.

Transparência nos gastos

As medidas implementadas neste ano trouxeram mais eficiência e economicidade aos processos gerenciais do Senado

Mais de R\$ 159 milhões

Valor economizado pelo Senado de fevereiro a agosto de 2013



Fonte: Diretoria-Geral do Senado



Músicos como Ivan Lins e Rosemary acompanharam votação da PEC, no Plenário do Senado, na semana passada

PEC da Música será promulgada amanhã

Uma sessão do Congresso vai promulgar amanhã a PEC da Música, que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. Outra proposta cuja aprovação também foi concluída pelo Senado na terça-feira, a regulamentação da profissão de vaqueiro, aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff.

As duas propostas foram aprovadas pelo Senado no mesmo dia. Em um Plenário lotado, vaqueiros, cantores e compositores acompanharam a sessão.

O projeto de regulamentação da profissão de vaqueiro (PLC 83/2011) lista uma série de atribuições da atividade, como manejo e condução de animais em propriedades rurais. O texto não acrescenta direito, mas reforça as garantias da legislação trabalhista.

A obrigatoriedade de seguro de vida e de acidentes nos contratos de trabalho dos vaqueiros criou polêmica: alguns senadores temiam a criação de um ônus para os pequenos proprietários. Mas o seguro foi mantido no texto, para evitar

que o projeto retornasse à Câmara. O relator, Paulo Davim (PV-RN), se comprometeu a pedir à presidente Dilma Rousseff o veto do trecho sobre o seguro.

A PEC da Música deve permitir uma redução no preço de CDs e DVDs, desestimulando a pirataria, mas elimina a vantagem da produção na Zona Franca de Manaus, podendo levar ao fechamento de postos de trabalho no polo industrial. A bancada do Amazonas apresentou emendas, mas prevaleceu o texto original.

Rolleberg quer auditoria no transporte do Distrito Federal

Caótico, precário, caro, defasado, sem planejamento, sem transparência, sem gestão e perigoso para a população. Assim Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) classificou todo o sistema de transporte público do Distrito Federal, em discurso na sexta-feira. O senador pediu auditoria no sistema, exigindo respostas do governador, Agnelo Queiroz, e do secretário de Transportes, José Walter Vasquez Filho, para questões como os elevados gastos com a manutenção do metrô, a péssima qualidade dos ônibus, cujas empresas ainda recebem subsídios, e a solução para integração do sistema BRT, cujas obras começaram em 2011.

Ele observou que a



Rolleberg afirma que trânsito no Distrito Federal vai parar em 2020

população depende da sorte para se locomover em Brasília, pois não há informações sobre horários e itinerários dos ônibus. Caso continue a situação atual, observou, Brasília vai parar em 2020 por falta de espaço para circulação de carros. O tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho em Brasília é o terceiro maior do país, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro, e já ultrapassou o de metrópoles como Nova York e Tóquio, ressaltou o senador.



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

MEIO AMBIENTE

Com a maior biodiversidade do mundo, o meio ambiente é assunto estratégico para o Brasil. Aqui estão cerca de 20% de toda a vida do planeta, riqueza cada vez mais valorizada. A Constituição de 88 foi a primeira a reconhecer essa importância ao dedicar um capítulo específico ao meio ambiente. Avanço que abriu caminho para legislações posteriores, como a Lei das Águas e a Lei dos Crimes Ambientais, e que consolidou regras antes dispersas em decretos, leis, portarias.

O Brasil também é rico em água. A maior reserva de água doce do mundo está aqui — e foi protegida pela Constituição. Um dos avanços foi a modificação da propriedade das águas do país. Rios, lagos, nascentes, potenciais de energia hidráulica passaram a pertencer aos estados ou à União, mesmo os que estão em propriedade particular. A inovação viabilizou a instituição, em 1997, da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Cuidar de todo esse patrimônio natural é uma responsabilidade que a Carta atribuiu não só ao poder público, mas também a cada brasileiro. E assegurou mecanismos para que ele, por si só, possa denunciar ao Judiciário danos à natureza.

A Lei Maior entendeu também que, para haver qualidade de vida, é preciso um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que passou a ser um direito de todos, inclusive das gerações futuras. Por isso, a importância da proteção ambiental.

Uma das peças-chave para controlar o uso dos recursos naturais e preservá-los, o licenciamento ambiental já era cobrado no Brasil desde o início dos anos 80. A Constituição de 88 consolidou a prática e passou a exigir avaliação de impacto ambiental para liberar obras que possam prejudicar o meio ambiente (na foto abaixo, obra de usina hidrelétrica que exigiu condicionantes ambientais). Agora, o Senado analisa incluir também a avaliação dos impactos sociais, como aumento rápido da população do local da obra e dificuldades de abastecimento de água.

O Senado quer ampliar também a proteção às abundantes fauna e flora brasileiras. Duas propostas alteram a Constituição para incluir o Cerrado e a Caatinga na lista dos biomas protegidos, que recebem políticas públicas diferenciadas. Na Carta, já são patrimônio natural a Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal. Outro projeto quer que o governo se responsabilize por recuperar o ambiente quando a degradação for por ação ou omissão do



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

No próximo sábado, 5 de outubro, a Constituição faz aniversário. Promulgada em 88, trouxe inúmeros avanços sociais e, por isso, foi chamada de Constituição Cidadã. Nesses 25 anos, a Carta Magna recebeu 74 emendas do Congresso, como a recente PEC das Domésticas. O *Jornal do Senado* publica hoje o último texto da série que mostrou como o Congresso tem ampliado essas conquistas. A homenagem continua em outubro com um encarte especial sobre os 25 anos da Constituição.

poder público. Hoje, a Constituição já atribuiu a responsabilidade, por exemplo, àqueles que danificam o meio ambiente com a exploração mineral. Há ainda projetos para incentivar o desenvolvimento sustentável, como o que cria a Política Nacional por Pagamento de Serviços Ambientais.

Veja outros projetos em tramitação:

■ **PEC 36/2012:** Altera a Constituição para incluir, como obrigação do poder público, a criação de programa de recuperação de ambiente degradado por ação ou omissão do Estado

■ **PEC 53/2009:** Inclui o Cerrado, a Caatinga, a Mata dos Cocais e o Pampa entre os biomas brasileiros considerados, pela Constituição, como patrimônio nacional

■ **PEC 32/2008:** Inclui a Caatinga entre os ecossistemas considerados patrimônio nacional

■ **PLS 217/2012:** Inclui os aspectos sociais no escopo das avaliações de impacto ambiental

■ **PLS 276/2013:** Cria a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais

■ **PEC 65/2012:** Assegura a continuidade de obra pública após concessão da licença ambiental

■ **PLS 202/2013:** Institui a Política Nacional de Estímulo à Transição para a Economia Verde

■ **PEC 72/2011:** Determina que as unidades de conservação da natureza sejam criadas por lei

■ **PEC 1/2012:** Concede isenção tributária a produtos elaborados com material reciclado ou reaproveitado.

SAÚDE

A Constituição Cidadã foi um marco fundamental na redefinição das prioridades da política do Estado na área da saúde. A própria concepção de saúde foi ampliada e passou a abranger um conjunto de fatores como alimentação, moradia, emprego, lazer, educação.

Um dos grandes avanços da Carta de 88 foi a universalização do acesso à saúde. O artigo 196 define: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas

que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

A partir de então, qualquer brasileiro passou a ter direito a ser atendido pelo Sistema Único de Saúde, considerado, pelo texto constitucional, como uma ação de "relevância pública". A Lei Maior estabeleceu também as diretrizes que devem nortear a gestão e a cobertura do SUS. Entre elas, a descentralização, o atendimento integral — com prioridade para as atividades preventivas — e a participação popular.

A sociedade foi chamada, a partir de 1990, a participar de conferências nacionais e conselhos de saúde para discutir as políticas da área. Embora façam parte da estrutura do governo, os conselhos têm atuação independente. É a partir deles que os diferentes segmentos sociais expressam os interesses e as necessidades. Dessa forma, abriu-se um canal para que governo e sociedade civil negociem propostas e estabeleçam prioridades para os investimentos na área.

Os recursos para a saúde pública podem agora ganhar um reforço, fruto da mobilização da sociedade. O Congresso recebeu, em agosto, uma proposta de iniciativa popular que pretende que 10% da receita bruta da União seja obrigatoriamente destinada à saúde.

Segundo a Lei Orgânica da Saúde, de 1990, a União, os estados e os municípios devem oferecer serviços de saúde (na foto à direita, setor de atendimento do Hospital de Base, em Brasília). Um projeto de lei em análise pelo Senado quer regulamentar, no entanto, o percentual mínimo de participação federal na área. Hoje, a lei já determina os investimentos obrigatórios dos governos estaduais e das prefeituras: 12% e 15%, respectivamente.

No Congresso, várias propostas pretendem ampliar o acesso aos serviços públicos de saúde e regulamentar fatores que possam contribuir para uma vida mais saudável, como alimentação. É o caso do projeto de lei que tem o objetivo de limitar a quantidade de gorduras saturadas, trans e

açúcares nos alimentos processados.

Veja projetos em tramitação:

■ **PLS 225/2013:** Estabelece a obrigatoriedade de os hospitais terem unidades de terapia intensiva

■ **PLP 321/2013:** Determina que 10% da receita bruta da União seja destinada à saúde pública

■ **PLS 11/2012:** Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados pela União, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde

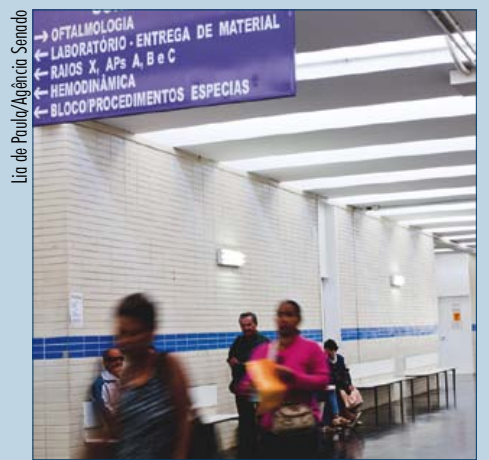
■ **PLS 231/2012:** Destina 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde para o desenvolvimento de tratamento de doenças raras ou negligenciadas

■ **PLS 168/2012:** Institui o exercício social da profissão de médico para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em Medicina que obtiveram o diploma em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas

■ **MP 621/2013:** Institui o Programa Mais Médicos

■ **PLS 106/2011:** Define normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares

■ **PLS 99/2011:** Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.



Leo de Paula/Agência Senado

INCLUSÃO

A Constituição de 88 inseriu a cidadania como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro. Para ser cidadão, é preciso ter direitos e deveres na vida em sociedade. E o primeiro direito que a Carta Magna elencou é a igualdade entre os brasileiros. "Todos são iguais perante a lei", diz o texto.

Assim, passa a ser obrigação do Estado assegurar a igualdade de acesso e de oportunidade a todos. Foi com a Carta de 88 que a inclusão das pessoas com deficiência entrou no marco legal brasileiro.

Entre as conquistas, estão a reserva de cargos e vagas no serviço público e a proibição de discriminação quanto a salário e contratação de trabalhador com deficiência. A Lei Maior assegurou também atendimento educacional especializado, de preferência na rede pública, e acessibilidade nos edifícios públicos e no transporte coletivo.

Hoje, o Congresso analisa propostas para ampliar a participação da pessoa com deficiência. A principal delas cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que institui direitos e consolida garantias.

Veja outras propostas em análise:

■ **PLS 6/2003:** Cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em análise na Câmara

■ **PLS 257/2013:** Concede isenção de impostos para acessórios de veículos adaptados para pessoa com deficiência

■ **PLS 571/2011:** Dá prioridade a pessoas com deficiência para receber restituição de Imposto de Renda

■ **PLS 250/2005 — Complementar:** Estabelece critérios diferenciados para conceder aposentadoria aos servidores públicos com deficiência

■ **PLC 99/2007:** Torna infração grave estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou a pessoas com deficiência

Edições anteriores dos 25 anos da Carta de 88
• Parte 1: <http://bit.ly/25anosCF1>
• Parte 2: <http://bit.ly/25anosCF2>



Nordin/Gabinete do senador Flexa Ribeiro